



Ministério do Esporte

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

# CARGO 10

## PSICÓLOGO

### ÁREA: CLÍNICA

Aplicação: 23/1/2008

## CADERNO DE PROVAS – PARTE II

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova discursiva, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, confira o número e o nome do seu cargo e, para os cargos 9, 10 e 11, a área transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- 25/11/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- 26 e 27/11/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- 30/12/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- 2 e 3/2/2009 – Entrega da documentação para a avaliação de títulos: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - ME, de 12/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca das teorias da personalidade.

- 51 De acordo com as teorias implícitas da personalidade, acredita-se que a inteligência e a moralidade são aspectos fixos da personalidade, portanto imutáveis.
- 52 Há dois tipos de cultura em psicologia: uma enfatiza a experimentação e estuda grupos de pessoas; a outra admite comprometer o rigor experimental, ao focalizar aspectos do sujeito que não podem ser abordados experimentalmente.
- 53 A teoria da personalidade abrange três áreas: descrição, desenvolvimento e dinâmica, a qual trata do aspecto motivacional da personalidade.
- 54 São consideradas técnicas de mensuração da personalidade a pesquisa experimental, o estudo de caso e a pesquisa de correlação, na qual se examinam as relações de causa e efeito por meio da manipulação de uma variável independente.

Em clínica psiquiátrica e psicanalítica, a periculosidade refere-se ao fenômeno clínico da passagem ao ato. Acerca desse fenômeno clínico, julgue os itens a seguir.

- 55 A psicanálise, ao postular a existência de um sujeito que, embora louco, não está excluído de uma certa responsabilidade com relação a seus atos, rompe com a perspectiva segundo a qual a periculosidade na psicose abarca uma concepção da loucura como *deficit* e como ausência de subjetividade.
- 56 Segundo a concepção psicanalítica, a passagem ao ato é exclusiva das estruturas de personalidade verificadas pelas categorias de diagnóstico de perversão e psicose, às quais se encontra vinculada.
- 57 O quadro de desestabilização do sujeito conjugado com um empobrecimento da linguagem, caracterizado pela errância, mutismo, afastamento social, e com presença de fenômenos de transativismo e mimetismo, cujas marcas são a rivalidade e a agressividade, não implica, necessariamente, risco de passagem ao ato.
- 58 A passagem ao ato representa, para a clínica psicanalítica, uma tentativa de cura realizada pelo sujeito que, diante de uma situação angustiante, não consegue mobilizar recursos para lidar com sua perplexidade, recorrendo ao ato como uma saída possível.
- 59 O sujeito neurótico, mais comumente que o psicótico, acaba por utilizar-se da passagem ao ato como saída, contribuindo para uma maior aproximação entre neurose e periculosidade.
- 60 A passagem ao ato tem um caráter de evasão, que se dá diante de duas condições essenciais: a vivência de embaraço (perturbação, impedimento) e a emoção (abalo moral, reação intensa diante do inesperado, vivido de forma penosa e desagradável).

Julgue os itens a seguir com relação aos tipos de personalidade psicopatológicas e suas características.

- 61 Personalidade narcísica: necessidade constante de admiração; intolerância a críticas; excessiva consideração pelos outros com tendência a mimá-los.
- 62 Personalidade limite: esforços desesperados para evitar separações; manifestações psicóticas transitórias; instabilidade afetiva; impulsividade; comportamentos suicidas.
- 63 Personalidade paranóica: necessidade de afirmação; projeção; desconfiança; defesa com prontidão ao ataque; expressão de afetos com facilidade, em busca de aceitação.
- 64 Personalidade obsessiva: perfeccionismo; meticulosidade; preocupação excessiva com limpeza; caráter superficial dos afetos e inconformismo.
- 65 Personalidade depressiva: pessimismo; ceticismo; hipercrítica; tendência à passividade; grande dificuldade em lidar com o próprio fracasso; incapacidade de sentir-se alegre.

Julgue os itens seguintes, quanto a tipos de psicoterapia e suas indicações.

- 66 A terapia cognitiva é indicada para o tratamento de depressões leves e moderadas, pânico e fobias, dependência química, crises agudas, transtorno de personalidade.
- 67 A terapia interpessoal é indicada para os casos de depressões psicóticas, retardo mental, mudanças de papéis, lutos e perdas, deficiências sociais.
- 68 A terapia comportamental é utilizada em casos de fobias, TOC, pânico, transtornos alimentares, disfunções sexuais, esquizofrenia, autismo, retardo mental.
- 69 A psicoterapia breve dinâmica é indicada para crises evolutivas, transtornos de ajustamento e traços caracterológicos, independentemente do grau destes.
- 70 A psicanálise atende casos de transtornos de personalidade, problemas de caráter difuso e casos de pacientes psicóticos.
- 71 A terapia de família é adequada para pacientes em crises evolutivas, com doença crônica grave ou disfunções sexuais, famílias disfuncionais e casos de conflitos intergeracionais.
- 72 A terapia breve de apoio é indicada para as crises agudas de pessoas com debilidade de ego, pessoas em situações de emergência ou com transtornos graves ou crônicos.
- 73 A terapia de grupo atende pacientes com dificuldades nas relações interpessoais, oferecendo apoio em diferentes situações médicas ou transtornos psiquiátricos.
- 74 A psicoterapia de orientação analítica é indicada para transtorno de caráter de grau delimitado e para os transtornos de personalidade.
- 75 A psicoterapia de apoio de longa duração está indicada para os casos de pacientes com diagnóstico de transtornos caracterológicos graves ou de psicose e para pacientes terminais.

Maria, juntamente com seu marido, procura um psicólogo para solicitar ajuda para o filho adolescente de 16 anos de idade, com quem diz, de forma angustiada, não saber mais o que fazer. Após várias tantas tentativas de aproximação, ele encontra-se oscilando entre atitudes de indiferença e atitudes de muita agressividade, tomado pelo ódio de si e de todos, indisposto a falar com quem quer que seja.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca de intervenções psicoterápicas.

- 76** A demanda de ajuda, apesar de procedente, não pode ser acolhida, por não ter partido do próprio sujeito, pois a psicoterapia não tem como prescindir do comprometimento interno forte, por parte do sujeito, para o trabalho de escuta do inconsciente.
- 77** Se o psicólogo clínico aceitar acolher o adolescente sem que ele próprio tenha formulado a demanda de ajuda, sua função resumir-se-á à de alvo da destrutividade pela qual está tomado o sujeito.
- 78** O psicólogo clínico poderá acolher a demanda feita pela mãe, recebendo seu filho e suportando a hostilidade do jovem, sem se abalar com os efeitos das identificações projetivas excessivas, para transformar conteúdos destas em elementos pensáveis e assim alcançar representações de outra ordem.
- 79** Uma alternativa possível para se atender alguém que esteja irascível e cuja demanda não tenha partido de si próprio é o atendimento familiar, o único que não representaria nenhuma contra-indicação ao caso.
- 80** Ao convidar os pais para entrevistas iniciais, corre-se o risco de se inviabilizar o processo psicoterápico futuro, uma vez que o adolescente pode acreditar que se conspira contra ele, já que o psicólogo é adulto como os pais.
- 81** As entrevistas com os pais de adolescentes em dificuldade psicológica são momentos em que se confirmam fantasias acerca do tratamento, gerando pedidos de ajuda, da parte dos pais, para si próprios.
- 82** Privar-se do contato com os pais inclui o risco de que estes se sintam estimulados a agir, retirando o filho do tratamento, por exemplo.
- 83** A agressividade excessiva denuncia uma revolta diante das perdas sofridas pelo adolescente, como o papel e o corpo de criança, além dos pais da infância.

Julgue os itens seguintes, com relação ao psicodiagnóstico.

- 84** O psicodiagnóstico é um procedimento científico que faz uso, necessariamente, de testes psicológicos, diferentemente da avaliação psicológica, na qual se pode prescindir de testes.
- 85** De acordo com as resoluções do CFP e do CRESS, os testes psicológicos são de uso exclusivo de psicólogos(as) e assistentes sociais, sendo considerada contravenção penal, com prisão de 15 dias a 3 meses e multa, a aplicação desses testes por quaisquer outros profissionais.
- 86** O psicodiagnóstico tem validade por tempo indeterminado e começa com um contato prévio com a pessoa a ser avaliada ou com o responsável por esta, para que sejam colhidos dados iniciais, a fim de se estabelecer o planejamento de todo o processo e a previsão do tempo de sua realização.
- 87** São objetivos do processo psicodiagnóstico: classificação simples ou nosológica, descrição, diagnóstico diferencial, avaliação compreensiva, entendimento dinâmico, prevenção, prognóstico e perícia forense.
- 88** É atribuição do psicólogo, quando solicitado, proceder à emissão de atestado psicológico, fundamentado no diagnóstico psicológico produzido, sendo-lhe facultado o uso do CID (Código Internacional de Doenças) para fins de enquadramento de diagnóstico.
- 89** Um dos objetivos do psicodiagnóstico é direcionar o processo terapêutico, porém existe nítida diferença entre a avaliação e a intervenção, sendo que a primeira inclui a entrevista e a aplicação de testes, enquanto que somente com a segunda obtém-se os efeitos terapêuticos.
- 90** Os testes podem ser psicométricos, cujos resultados são obtidos de forma quantitativa e métrica, como os testes de inteligência (WAIS, RAVEN), ou gráficos, que estimulam as projeções de conflitos internos (TAT, WISC).
- 91** O psicodiagnóstico com crianças tem início na entrevista com os pais, a fim de se observar a primeira impressão, detectar os vínculos que une o casal e que unem este à criança, captar aspectos de transferência e eliminar condições de contratransferência.

Uma criança de 6 anos de idade é levada pela mãe a um consultório de psicologia, por solicitação da escola, para que sejam avaliados comportamentos que parecem indicar a existência de algum problema neurológico, visto que, em sala de aula, a criança tem apresentado o olhar perdido por alguns momentos, ausências, como se não escutasse, mesmo diante da insistência da professora para motivá-la. Desejam saber se há aspectos atrapalhando seu desenvolvimento. A mãe relata que se encontra em processo de separação de seu namorado, com quem a criança estabeleceu forte vínculo afetivo durante os 4 anos em que conviveram em família.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, que versam sobre o psicodiagnóstico no atendimento à criança.

- 92** Durante o primeiro contato do psicólogo com a criança, um aspecto muito importante é verificar se ela conhece o motivo de sua ida ao consultório e se concorda em participar do processo, devendo o profissional esclarecer brevemente as etapas e o número de encontros necessários.
- 93** Caso o psicólogo presencie, durante o processo psicodiagnóstico, comportamento ausente da criança, poderá chamar a atenção dela para o fato, perguntando-lhe a respeito do que estaria pensando naquele momento, como forma de desviar o foco da motivação para as tarefas e fazê-la perceber a existência de algum fator que a esteja perturbando.
- 94** O psicólogo deve considerar a hipótese de que o processo de separação das figuras parentais pode ser a causa dos momentos de ausência, mas, antes, deve realizar um diagnóstico diferencial para certificar-se de que o problema não tem causa orgânica.
- 95** Diante da solicitação e após escutar a criança e os pais desta, o psicólogo deve utilizar, para o diagnóstico da criança, o teste Bender, usado para a identificação de problemas neurológicos; o TAT, para avaliar diversos aspectos intelectuais; e desenho de figura humana, para investigar aspectos emocionais.
- 96** Após a realização do psicodiagnóstico, o psicólogo deve elaborar o informe psicológico, que deve conter nome e idade da criança, data do laudo, solicitação, motivo da consulta e resumo dos dados apresentados na avaliação, evitando emitir uma conclusão diagnóstica, por se tratar de criança.
- 97** A entrevista devolutiva do processo psicodiagnóstico é realizada tanto para a criança quanto para as figuras parentais, sendo de forma breve, no primeiro caso, e não se fornecendo, no segundo, nenhuma informação a mais do que fora solicitado em função da queixa.

Julgue os itens seguintes, acerca da atenção à saúde básica.

- 98** O atendimento em unidades básicas de saúde tem como finalidade a atenção básica, que visa a conhecer as reais necessidades de cada comunidade atendida, para proporcionar consultas médicas, ações de prevenção, controle e educação em saúde para os diferentes grupos da população.
- 99** A carência de recursos materiais e de profissionais qualificados na área da saúde tornou difícil concretizar-se a finalidade da criação das unidades básicas, ou seja, dar atenção básica à saúde, de modo que os postos e centros de saúde acabaram por funcionar apenas como porta de entrada ao sistema de saúde.
- 100** Com a implementação das unidades de saúde da família, a atenção básica foi reformulada, constituindo-se os postos e centros de saúde como responsáveis por todo o plano terapêutico, inclusive pelo serviço especializado.

Julgue os itens a seguir quanto à atuação do psicólogo na equipe de atenção à saúde básica.

- 101** O psicólogo que atue na equipe deve considerar os agentes constituintes das relações institucionais na totalidade da instituição, focalizando mais as relações inter e intragrupais e suas posições hierárquicas do que as características individuais.
- 102** É papel do psicólogo que atue na equipe, após avaliar o funcionamento desta, promover, se for o caso, um questionamento das relações de poder, da ordem estabelecida como natural e autêntica, propor novas possibilidades, como também ser capaz de diagnosticar, estabelecer e conduzir um plano terapêutico.
- 103** Nas instituições, o atendimento psicológico gratuito ao paciente deve ocorrer sempre em grupos e será tanto mais eficaz quanto mais definido for a partir das características específicas de cada instituição e da população que procura seus serviços.
- 104** Na atenção e assistência à saúde, o papel do psicólogo é o de contribuir para a compreensão do processo saúde-doença e para o planejamento do sistema de atenção à saúde, e de promover assistência psicológica aos sujeitos e grupos.
- 105** O psicólogo que atue na equipe de saúde básica não deve realizar visitas domiciliares, visto que o ambiente domiciliar impede o atendimento confidencial, mas deve estimular a participação mais ativa da comunidade, assim como coordenar grupos de promoção à saúde para gestantes e diabéticos, por exemplo.

- 106** O contexto de trabalho interdisciplinar nas equipes de saúde é geralmente de desconhecimento, por parte dos membros, do papel profissional dos colegas, sendo estabelecidos, com maior clareza, o do médico e o do enfermeiro, ao contrário do papel do psicólogo.
- 107** Cabe ao psicólogo que atue na saúde básica compreender e intervir nos conflitos sociocomportamentais, lidar com as frustrações, com a imprevisibilidade, com o desamparo e com as interpretações divergentes, seja dos pacientes e da equipe, seja de si próprio.
- 108** O psicólogo integrante da equipe de saúde básica deve intervir junto à comunidade, às famílias e aos sujeitos, no papel de mediador e catalisador das potencialidades e dos recursos grupais, em detrimento dos individuais.
- 109** O trabalho do psicólogo na equipe de saúde básica visa ao desenvolvimento da família, quanto às transições do ciclo vital, e do sujeito, com relação ao enfrentamento de situações de crise, fortalecendo redes de apoio social, pessoais e significativas.
- 110** Não cabe ao psicólogo que atue na equipe de saúde básica a prevenção de agravo da situação psicossocial de sujeitos, famílias e da comunidade.
- 111** Espera-se do psicólogo que integra a equipe de saúde básica somente a troca de experiências e de saberes para uma compreensão mais integral dos sujeitos.

Julgue os itens a seguir, com relação aos princípios éticos da psicologia clínica.

- 112** O princípio da beneficência diz o seguinte: “auxilie, ou não prejudique o paciente”.
- 113** A formação continuada do profissional atende ao princípio da não-maleficência.
- 114** Quando um paciente necessita de um atendimento ou procedimento e não é atendido, incorre-se no erro profissional da imprudência.
- 115** No caso de se constatar que um paciente está gravemente deprimido e com ideação suicida em sessão de psicoterapia pela Internet, está sendo posto em questão, nesse caso, o princípio da beneficência.
- 116** O princípio da maleficência diz respeito à obrigação moral de agir no melhor interesse do paciente.
- 117** Preservar a privacidade do paciente, garantir a confidencialidade de suas informações e encorajá-lo a desenvolver sua autonomia são condutas previstas no princípio da beneficência.
- 118** Segundo o princípio da autonomia, as pessoas devem ser tratadas como autônomas, e aquelas com a autonomia diminuída devem ser protegidas.
- 119** O paternalismo forte caracteriza-se por não levar em conta a autonomia da pessoa, independentemente de sua capacidade ou situação.
- 120** Deixar de fornecer ao paciente as informações necessárias para que ele tome suas próprias decisões constitui um desrespeito ao princípio da negligência.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### **Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)**

A discussão sobre políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Muito embora seja dada bastante atenção ao assunto, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a temáticas relacionadas a trabalho e economia ou saúde e educação, sendo desconsiderados temas que dizem respeito a esporte e lazer. Parece claro para o governo (e também para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde é mais urgente do que para esporte e lazer.

O lazer figura entre os direitos sociais definidos no art. 6.º da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Portanto, embora seja um direito social, o lazer é tratado, na prática, como tema periférico. Nesse sentido, cabem as seguintes indagações: Qual é o espaço destinado ao lazer nas políticas governamentais? O lazer é tratado como direito social?

Ao que tudo indica, o lazer foi efetivamente compreendido como direito social cuja proteção é de iniciativa do Ministério do Esporte. Como uma das dimensões do esporte é a recreação, o lazer foi adotado então como um dos tópicos a serem considerados pelas políticas de esporte. Tanto é assim que o tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, em Brasília, foi Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. O mesmo ocorreu na II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, também em Brasília, em que novamente a temática foi relacionada ao lazer (Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer). De ambas as conferências resultaram diretrizes para a definição da política nacional de esporte e lazer. Além dessas conferências, houve também a criação, no âmbito do Ministério do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Embora atualmente se perceba considerável avanço em relação ao início da discussão sobre lazer como tema que deve ser privilegiado por políticas públicas, há ainda carência de programas e ações governamentais que sigam nessa direção.

Dulce Maria F. De A. Suassuna. Internet: <observatoriodoesporte.org.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER**

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre esporte, lazer e cidadania;
- ▶ papel do Estado no planejamento de políticas para o esporte e para o lazer;
- ▶ possibilidade de integração entre as políticas de esporte e lazer e políticas de outras naturezas (como econômica, de segurança ou de saúde pública).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

